

**NOVOS ARRANJOS FRENTE AOS DESAFIOS PARA INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA INTERINSTITUCIONAL NA BAHIA**

**Graziane de Jesus Santos Amorim**

Assistente Social. e-mail: [anesocial@yahoo.com.br](mailto:anesocial@yahoo.com.br)

**Viviane Silva Vasconcelos**

Assistente Social. e-mail: [vsvapoio@gmail.com](mailto:vsvapoio@gmail.com)

**Ana Maria Tereza Fróes Batalha**

Assistente Social. e-mail: [terezabatalha@gmail.com](mailto:terezabatalha@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo apresenta a experiência da articulação interinstitucional entre duas secretarias de governo e as empresas da administração indireta, a partir de uma governança colegiada voltada para integração das Políticas Públicas de Saneamento, Habitação e Educação Ambiental como estratégia de enfrentamento dos desafios advindos do processo de efetivação do trabalho social em empreendimentos com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O processo foi iniciado com a criação de um grupo colegiado envolvendo as partes interessadas das instituições para reflexão-ação sobre a problemática, de caráter participativo, propositivo e deliberativo, que contemplou o levantamento de problemas e soluções a partir do compartilhamento de saberes e fazeres, passando pela realização das ações de enfrentamento dos problemas priorizados, no caso em questão, da Formação em Educação Ambiental para Técnicos Sociais ligados à supervisão e fiscalização do trabalho social nos Empreendimentos do PAC-BA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governança colegiada, formação, integração.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o esforço da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e empresas da sua administração indireta no estabelecimento de um arranjo facilitador da execução de suas atribuições de formulador e executor das políticas públicas de Saneamento e habitação com vistas à obtenção de resultados compatíveis com os objetivos dos seus programas e projetos. A opção de arranjo escolhida foi a Governança colegiada com a criação de um grupo de trabalho envolvendo as partes interessadas das instituições protagonistas na implementação dessas políticas, para reflexão-ação da problemática circundante ao trabalho social nos empreendimentos do PAC-BA. A constituição do grupo contemplou representantes das Secretarias, gestores e técnicos do nível operacional das empresas da administração indireta executoras das políticas e agente financiador.

Diante do cenário observado nos primeiros dois anos de execução do Programa de Aceleração do Crescimento na Bahia, entre 2007 e 2009 com grande parte do esforço que deveria ser direcionado à execução, concentrado na solução dos problemas de gestão, associados à oferta de mão de obra com qualificação aquém das exigências dos projetos, ausência de uma sistemática de formação técnica para ingresso dos profissionais na execução de projetos de infraestrutura, burocracia dos aspectos legais e formais dos processos de aprovação, licitação e fiscalização, buscou-se a imersão e horizontalização das discussões com os gestores diretamente implicados na situação, que desdobrou em 2010 na criação do Grupo de Trabalho Socioambiental- GT socioambiental.

Durante os anos de 2010 a 2011, foram gestadas nas rodas de conversa do grupo, as reflexões sobre o cotidiano dos seus participantes e instituições, permitindo um ambiente favorável à significação dos acontecimentos a partir do pensar compartilhado. O compartilhamento de saberes e fazeres demonstrou que as situações eram vivenciadas em diferentes escalas pelo conjunto das instituições executoras e que o ponto nevrálgico estava na ausência de um processo formativo de caráter dialógico voltado para a superação dos problemas da gestão e execução dos projetos, mas, sobretudo do nivelamento sobre a compreensão de categorias fortemente presentes no marco regulatório dos segmentos, como: participação e controle social, mobilização e educação ambiental. Essa percepção levou o GT a incluir em 2012, a Diretoria de Educação Ambiental (DIEAS) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) no grupo, passando então a contemplar a terceira e essencial categoria nas discussões sobre o PAC.

Esse percurso potencializou a ampliação do alcance das ações vinculadas às Secretarias, a análise sistêmica do processo de preparação e execução do trabalho com as comunidades e a atuação integrada no território.

## OBJETIVO DO TRABALHO

Promover a governança colegiada na gestão dos problemas associados ao PAC-BA como estratégia de produção do pensamento compartilhado e potencialização da atuação integrada das políticas pública nos territórios, contribuindo para qualificar as intervenções socioambientais do PAC – Habitação e Saneamento.

## METODOLOGIA

O cenário atual de escassez de recursos públicos para efetivação de programas sociais, aliado à necessidade crescente de intervenção governamental para atender à população em situação de vulnerabilidade, impõe aos gestores de programas e ao Estado, enquanto formulador e executor de políticas públicas, maior eficiência e efetividade na aplicação de recursos, visando garantir resultados e conhecer os impactos da intervenção dos programas.

A formação dos diversos profissionais que atuam na execução de programas sociais tem se mostrado insuficiente frente à dinâmica de desafios e demandas que exigem respostas rápidas, que assegurem desde a execução plena dos cronogramas até a construção de arranjos políticos institucionais, que permitam a compatibilização dos programas de forma a atender o desejado e esperado pelo público alvo.

Na última década houve avanços significativos no contexto da execução do Trabalho Social que compõe as intervenções previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O volume de recursos envolvidos nesse processo de trabalho e a criação de instrumentos de regulamentação e avaliação passaram a exigir das esferas estaduais e municipais maior estruturação para a execução das Políticas Públicas de Habitação e Saneamento, a fim de garantir a efetividade dos resultados e impactos sociais desses investimentos.

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), principais executoras do PAC – Habitação e Saneamento, vivenciaram no componente social, inúmeros entraves operacionais para execução dos projetos, no tempo e qualidade necessários.

A partir de agosto de 2010, a SEDUR, como órgão de implementação das políticas públicas nos setores de Saneamento, Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano, juntamente com as instituições de sua estrutura administrativa – Superintendência de Saneamento (SAN), Superintendência de Habitação (SH), EMBASA e CONDER –, deu início ao processo de organização colegiada e participativa visando à definição de princípios e diretrizes orientadoras das ações socioambientais, através da constituição de um grupo de trabalho (GT) Socioambiental, do qual a CAIXA participou como instituição convidada.

Diante desse contexto, o GT Socioambiental buscou identificar alternativas para a superação dos entraves relacionados ao Trabalho Social como a necessidade da atuação interinstitucional integrada, de incorporar a concepção de desenvolvimento socioambiental aos projetos e a importância da formação continuada para os técnicos da área social. Outros aspectos não menos importantes também foram apontados, tais como: melhorar editais e termos de referência das licitações; estabelecer critérios para constituir a comissão de acompanhamento da obra com discussão ampla e participada; propor alternativas para reduzir a intensa rotatividade da equipe executora (terceirizada); fomentar a integração das equipes técnicas sociais e de engenharia; e, necessidade de estabelecer como critério, que empresas executoras tenham experiência técnica na área socioambiental.

Frente a este cenário, foi concebida a Formação em Educação Ambiental para técnicos sociais das empresas executoras, por meio da parceria firmada entre SEDUR e SEMA. Esta parceria, portanto, foi resultado do processo de integração interinstitucional das políticas e suas secretarias referidas, constituindo-se num importante elemento da estratégia de transversalização da Educação Ambiental. A partir da integração estabelecida com a equipe técnica da SEMA, foi possível construir coletivamente o planejamento, estratégias de execução e acompanhamento da Formação num importante processo de troca de experiências e compartilhamento de responsabilidades.

A abertura do processo formativo integrou instituições e órgãos das esferas federal e estadual. O conteúdo da formação foi estruturado em dois módulos: módulo I, composto por 05 encontros com o total de 200 horas para cada turma e abordou questões relativas à Educação Ambiental e suas dimensões fundamentais, tais como: Diagnóstico Participativo, Mobilização Social, Participação e Controle Social e Avaliação e Construção de Indicadores Sociais.

Os conteúdos e metodologias para o desenvolvimento de cada tema foram definidos de forma compartilhada, assim como os facilitadores escolhidos pela capacidade técnica e por possuírem valores e princípios compatíveis às expectativas desse coletivo. A condução dialogada permitiu que cada encontro se configurasse como um elemento de mudança para qualificar as ações nas comunidades. As figuras 01,02 e 03 evidenciam momentos das estratégias metodológicas adotadas.

**Figura 1: Abertura da formação em educação ambiental**



**Figura 2: Módulo de mobilização social**



**Figura 3: Encontro sobre participação e controle social**



O Módulo II com o tema Aspectos Técnicos e Pedagógicos da Fiscalização, ainda não foi iniciado em função de restrição de recursos. Seu conteúdo contempla questões técnicas e legais para aprimorar procedimentos, com o objetivo de fornecer subsídios para a ampliação do nível de autonomia dos técnicos sociais e dar suporte à tomada de decisão relacionada ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos Projetos de Trabalho Social - PTS.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência exitosa de integração interinstitucional para a realização da Formação revela que os novos arranjos institucionais se constituem em alternativas viáveis para a efetivação das Políticas Públicas atendendo aos princípios da intersetorialidade e integralidade visando melhorar o impacto das intervenções, aqui refletidos nos processos de planejamento, execução e avaliação processual desta iniciativa, tornando-se uma oportunidade singular para o crescimento pessoal e profissional de todos os atores envolvidos. É importante destacar que a identificação de necessidades comuns mobilizou os representantes das instituições integrantes do GT Socioambiental a compreenderem de forma mais aprofundada o cenário inserido na operacionalização do PAC e, nesse sentido, criar caminhos para minimizar e resolver as questões limitantes à execução do trabalho social no segmento de saneamento e habitação no Estado da Bahia. Assim, aproveitou-se o espaço de diálogo e a evidente necessidade de qualificar os investimentos direcionados ao Trabalho Social para realização compartilhada da Formação em Educação Ambiental dos 160 profissionais que atuavam naquele segmento na área social do Estado. As experiências vivenciadas no processo formativo culminaram na publicação do livro: Na trilha com o Educador – Uma experiência de Educação Ambiental no PAC da Bahia, representado na figura 04.

**Figura 4: Livro na trilha com o educador**



A formação sistematizou, ao longo de dois anos, propostas construídas dialogicamente entre os participantes, colaboradores e parceiros, favorecendo, assim, para que fossem aplicáveis e exequíveis à prática profissional cotidiana dos processos de intervenção de fiscalização e supervisão nos projetos socioambientais do PAC-BA.

A ênfase no diálogo com os participantes e estímulo à participação foi determinante para a escolha das estratégias metodológicas, contemplando exibição de vídeos, discussão em grupo, exposição de experiências qualitativas, sugestões e construção de novas práticas interventivas, diálogos no grande grupo, valorizando-se, assim, as experiências e os saberes já elaborados no âmbito dos PTS executados por meios de recursos do PAC, bem como os de outras novas vivências das (os) profissionais nas propostas interventivas.

O arranjo interinstitucional proporcionou o diálogo entre os órgãos e instituições envolvidas, possibilitando discussão e aprimoramento de normas, regras e procedimentos adotados, especialmente pela CAIXA nos PTS, que muito contribuiu para fluidez da comunicação. Este processo concretizou o desafio da transversalidade da educação ambiental nos diversos temas abordados, viabilizando e qualificando a efetiva possibilidade de intervenção interinstitucional integrada na lógica do PAC.

A dimensão desse aspecto pode ser verificada após a avaliação do grau de percepção dos participantes que, considerando as 10 variáveis que foram avaliadas, sendo possível no instrumento acrescer outras, destacaram-se 11 principais aspectos que sofreram mudanças a partir da vivência da formação:

- ✓ Incorporação de novos conhecimentos/conceitos ao fazer profissional.
- ✓ Desenvolvimento de novas estratégias para a mobilização social.
- ✓ Desenvolvimento de novas metodologias participativas.
- ✓ Inclusão da ludicidade nas atividades do trabalho social.
- ✓ Melhoria no processo de supervisão/fiscalização dos contratos dos PTS.
- ✓ Mudança na concepção de elaboração/execução do PTS.

- ✓ Enriquecimento no manejo de dados qualitativos e quantitativos.
- ✓ Criação de novos instrumentos para a elaboração dos Diagnósticos Socioeconômicos.
- ✓ Qualificação dos indicadores de avaliação dos PTS.
- ✓ Reflexão crítica sobre os PTS
- ✓ A troca de experiências.

Assim, é possível afirmar que a realização da formação, realizada de forma integrada, possibilitou o aperfeiçoamento e alinhamento das práticas de educação ambiental e mobilização social no Estado da Bahia, desenvolvidas nos projetos socioambientais pelos técnicos sociais, bem como contribuiu para o aprimoramento das suas ações.

## CONCLUSÃO

Integrar e qualificar as políticas públicas de habitação, saneamento e meio ambiente a partir da temática da educação ambiental é a realidade que se registra neste artigo. O esforço e energia dispensada para a construção de caminhos comuns nos permitiu superar expectativas com a produção do livro. Ele é uma realidade e é o resultado objetivo desse percurso. Muitos desafios estão postos e por isso é preciso manter a “chama acesa”. É preciso continuar acreditando que construir política pública integrada e transversal é possível.

A Formação possibilitou conhecer e integrar as diversas experiências e conhecimentos constituídos pela área social das instituições de governo do estado, voltadas às áreas de saneamento, habitação e meio ambiente. Esta visão sistêmica contribuiu para a valorização do trabalho já desenvolvido; o acesso a outras estratégias de intervenção social; a revisita ao referencial teórico metodológico; conhecimento das linhas de atuação dos diversos órgãos parceiros; a produção de novas ideias e conhecimentos; e, a contribuição para o processo da ação-reflexão-ação. As discussões e reflexões realizadas nos encontros serviram de oxigenação para criação, questionamento pessoal e ratificação de princípios e valores pessoais e profissionais.

Some-se a isso a evidência da troca de experiências, o compartilhamento das dificuldades do exercício da profissão: “O fato de poder trocar experiências e enxergar outros setores com dificuldades similares na implementação do trabalho faz a gente não se sentir só”. Tomando como base o resultado da avaliação realizada pelos técnicos sociais, podemos julgar que a variedade de temáticas propostas durante a Formação permitiu o enriquecimento teórico dos envolvidos e que tal assertiva encontrou eco na reflexão sobre a prática do trabalho cotidiano nas instituições em que supervisionam ou executam as intervenções sociais, capacitando-os a fim de oferecer aos cidadãos ações cada vez mais qualificadas.

Durante todas as etapas do processo formativo foi observado a participação ativa, o compromisso e o interesse de superação dos desafios vivenciados na supervisão e execução do trabalho técnico social e, considerando os resultados alcançados por meio da avaliação, nota-se que as ações descritas neste artigo contribuíram revelar a necessidade da atuação dos entes federados na formação continuada dos atores técnicos nos territórios brasileiros com o intuito de potencializar os impactos da política pública de habitação e saneamento.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. *Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos*. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ENCONTROS e caminhos: formação de educadores (as) ambientais e coletivos. Brasília: 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Saraiva de Bolso, 2012.
- SANTOS, Priscila; RIBEIRO, Valéria; SOUZA, Iara; HOMEM, Carolina; PROCOPIO, Antônia; CARDOSO, Ana. *Relatório institucional da formação em educação ambiental para técnicos sociais do PAC II: módulo I – 2012*. Salvador, 2013.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. *Na trilha com o educador: uma experiência de educação no programa de aceleração do crescimento - PAC, na Bahia*. Salvador: EGBA, 2015. 200p.